

A preferência pelo estilo do Dr. Tancredo

Deputado federal por várias legislaturas, Tancredo Neves teve na Comissão de Economia sua mais duradoura base de trabalho e da qual foi presidente em 1970, 1971 e 1972. Mas antes de ser presidente, como depois, era ele a figura mais reverenciada, e todos o tratavam respeitosamente de Doutor Tancredo, embora não fosse um homem grave, mas sempre um bem-humorado. E afora os presidentes que lhe sucederam, era ele ali distinguido com um gabinete próprio, para o qual o diretor-geral de então da Câmara, Luciano Brandão Alves de Souza, mandou instalar um telefone direto.

Inicialmente tendo como secretária Wanda Maura Leite Lima, e depois Célia Hora Andrade, foi Antônia Gonçalves de Araújo a que duraria até agora. Da Câmara, dona Antônia foi com Tancredo para o Senado, e do Senado para o governo de Minas Gerais, de onde retornou a Brasília, desta vez para servir ao que seria o presidente da República.

A atual secretária da Comissão de Economia, Delzuite Macedo de Avelar — a que apresentou dona Antônia como a pessoa certa para servir Tancredo —, recorda, no antigo integrante da Comissão, aquela pessoa polida, cultora de um debate alto, jamais levantando a voz, e sempre com a resposta pronta. Sua capacidade de redação, ainda conforme Delzuite, era notável: atendia o telefone e ao mesmo tempo, virando-se para a secretária, ditava o parecer — ditava até as vírgulas e ponto-e-vírgulas.

Defensor de uma oposição moderada, Tancredo era combatido pelos setores mais aguerridos da oposição. Em 1975 ele ficou quase só, ao declarar-se a favor de que o então MDB aprovasse a chamada Reforma do Judiciário, pretendida pelo governo Geisel. A Oposição, capitaneada pelo senador Paulo Brossard, em esquentada assembleia, no Auditório Nereu Ramos, era contra a reforma. Tancredo dizia que se a Oposição não desse o remédio, viria algo pior. E foi o que deu: Geisel decretou o recesso do Congresso e, em lugar da reforma, soltou o Pacote de Abril. E cassaria Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara.

No mais foi um vitorioso. Ainda agora o senador Nelson Carneiro recordava o conhecimento parlamentar de ambos, no começo de 1951. Eram deputados federais e Getúlio Vargas, eleito espetacularmente em 1950, iniciava seu último governo. Nelson apresentara — e fora aprovado — projeto de lei dando aposentadoria integral aos 35 anos de atividade a todos os trabalhadores. Getúlio vetou o projeto. E no dia da apreciação do veto, o líder Gustavo Capanema designou o jovem deputado Tancredo Neves para apresentar ao plenário as razões da atitude do presidente da República. Tancredo dissera que o projeto de Nelson não era bom. O presidente o vetava, mas assumia o compromisso de enviar outra proposta, no mais breve possível. O Congresso da época era independente (não havia o voto de líder) e o veto foi mantido. E Getúlio cumpriu a palavra, conforme o anúncio do convicente discurso de Tancredo.

E quando se deu a saída de Negrão de Lima do Ministério da Justiça, Getúlio (que no mesmo período lançara e projetara a partir do Ministério do Trabalho o também jovem João Goulart), lembrar-se-ia do jovem e brilhante parlamentar mineiro de São João Del Rey.